

O terceiro ano da Revista Internacional de Vitimologia e Justiça Restaurativa se inicia com a expectativa da entrada em vigor em 2025 do Estatuto da Vítima (PL n. 3.890-2020), ante a sua recente aprovação na Câmara dos Deputados. O Estatuto que é o embrião do nascimento do Instituto Brasileiro de Atenção e Apoio Integral a Vítimas (Pró Vítima) busca que haja mais equilíbrio entre os direitos das pessoas impactadas por eventos traumáticos e os agentes causadores do evento traumático, além de estar alinhado com normatizações internacionais sobre o tema, como é o caso de Portugal, Espanha, França, Itália, Reino Unido, Estados Unidos, Argentina e Canadá. O avanço no processo legislativo nos traz esperança que o país avance na direção do reconhecimento de direitos para todos e todas, independente da situação processual e pessoal de cada um.

Em homenagem ao autor do projeto, deputado Rui Falcão, realizada na cidade de São Paulo em 29.01.2025 pelo Instituto Brasileiro de Atenção e Apoio Integral a Vítimas (Pró Vítima), o congressista pontuou que:

Eu não sou muito afeito a homenagens, eu sou muito tímido e tem um pouco de emoção também porque é um reconhecimento do trabalho da gente. Mas acho que deveria ter uma inversão dessa homenagem - quem deveria ser homenageado hoje eram todos e todas vocês aqui e, eu nomino para não ser injusto, sem excluir o conjunto de todos, a Celeste e a Marilene, porque elas eram além de formuladoras, eram aquelas que me tangiam além de interromper com toda a razão porque o deputado, o senador, eles acham que o mandato é deles, são arrogantes, gostam de ouvir pouco, então o eleitor, a eleitora tem que cobrar mesmo; tem que cobrar, tem que empurrar, tem que fiscalizar e, as duas aqui além de terem sido formuladoras, discutiram cada mudança. Porque em um processo legislativo vocês sabem, nunca entra um projeto e sai igual, tem que as vezes que fazer concessões. Por exemplo, nada que fazia menção a gênero pode ser mantido, talvez se falasse em gênero humano talvez eles quisessem até tirar gênero humano, por causa da carga negativa que certos setores atrasados da sociedade dão a questão de gênero. Aliás o Trump agora disse que só existe dois sexos, o resto não existe, a diversidade está liquidada. Desde esses detalhes, até para tirar gênero precisava consultar se podia ou não. Nós tivemos um trabalho de última hora muito grande porque é o que a Marilene men-

cionou houve um pacote de final de ano que você faz acordo aqui e ali, achar uma relatora e a deputada Lídice da Mata foi de uma solidariedade muito grande; eu já tinha trabalhado com ela na CPI das fake News. Nesse meio tempo fui Presidente da CCJ. Nem todo o trabalho que eu fiz lá para dar relatoria para todo mundo e fazer uma gestão democrática, nem isso garantiu que conseguisse votar o projeto antes disso. Então finalmente nós conseguimos, então por esse trabalho coletivo e esse protagonismo muito grande da doutora Celeste e da Marilene também e agora vamos para o Senado. Essa semana eu já falei para o Senador Humberto Costa que, vai ser o segundo secretário da casa, anunciando que tinha um projeto que eu quero pautar logo. Então semana que vem começa os trabalhos no Congresso, na Câmara e no Senado, a primeira coisa que eu vou fazer é procurar os senadores, primeiro da minha bancada e os outros também. Porque a dificuldade agora lá eu acho que é pautar o projeto, acho que não haverá a resistência que ocorreu na Câmara. E o Estatuto, ele tem quase a estrutura de um Código. Então é difícil você votar projetos com essa amplitude que tem o estatuto, lá tem tudo. Não é só vítima de crime, vítima de catástrofe, a mudança de tratamento dos servidores públicos para atenderem as vítimas. Então realmente é um trabalho revolucionário diga-se nessa área. Eu fui o portador disso, eu não sou o autor. Isso é uma outra coisa que tenho discutido- a iniciativa popular legislativa. Até hoje iniciativa popular legislativa você não pode colher assinatura pela internet. Estamos no século XXI. Tem que ser a mão. Quando consegue as assinaturas que é muito difícil um deputado precisa ser o padrinho, precisa apadrinhar o projeto e aí entra na vala comum. Não tem um rito especial por ser iniciativa popular legislativa. Então isso as pessoas vão se desinteressando da política, olha os níveis de abstenção nas eleições - São Paulo, brancos, nulos e abstenções 42% e Ribeirão Preto 50 %. A Ministra Carmen Lúcia sugeriu proibir fazer a justificativa da ausência pela internet. Precisa estimular a votação. Para isso precisa estimular as pessoas pela política, pela votação. O eleitor precisa saber que o voto dele produz resultado. Nesse caso vocês produziram resultado — pelo esforço, pelo trabalho, pela pertinácia. Eu guardei aqui uma coisa que me pauta muito, vou chamá-la de você, falou que precisa ter esperança, e eu me pauto por uma frase de um socialista galês, o Raymond Williams que diz o seguinte: ser radical não é ser violento é ir as raízes, ser radical é fazer com que a esperança seja possível, em vez de tornar o desespero convincente. É isso que me move e vocês me estimularam que isso desse um gás a mais de esperança que a gente possa mudar não só para o Estatuto da Vítima, mas possa mudar o país. Tornar o país mais justo, mais democrático, mais solidário, em um momento em que uma parte do mundo se vira para a escuridão, para a saudação nazista que está sendo naturalizada, então a minha esperança é que a gente possa com iniciativas como essa ter um país diferente daquele que muitos querem

levar para outro lado. Então muito obrigado por vocês terem tido essa iniciativa e por quererem me prestar essa homenagem que na verdade eu estendo a vocês.

Nesta edição trazemos artigos de renomados especialistas internacionais e nacionais. Dentre os assuntos tratados nesse volume podemos mencionar desde a análise do cientista político Nicholas Dungey sobre a fenomenologia da vitimização a partir da perspectiva de Foucault, às novas formas de vitimização introduzidas pelo ser humano digital tratadas pelos professores Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos e Fábio Rivelli. A questão do estupro por intoxicação química foi o tema tratado pela professora Véronique Duran. No mesmo sentido, as professoras Fadia Coral Basile e Mariana da Silva Ferreira. Vilmar Maciel nos traz a análise do tema à luz da segurança escolar. Já as professoras Luciana Sabbatine Neves e Celeste Leite dos Santos analisam as recentes discussões relacionadas a questão dos refugiados a partir dos policy briefing do C-20-G-20. Já sobre a questão da vitimização coletiva a partir do fenômeno da corrupção é tratada pelos Rita de Cassia Biason e Roberto Livianu. Ainda não podemos deixar de mencionar a questão relacionada a vítima de stalking (Roberto Bacal), justiça restaurativa (Gabriele Alvares da Silva), violência vicária (Bianca Rodrigues Araújo), sustentabilidade (Silvia Helena Rondina Mateus), saúde complementar (Gislene Cremaschi Lima) e políticas públicas para pessoas com transtorno de espectro autista, (Luciana Barbosa da Silva).

Desejamos a todos uma boa leitura!

**Celeste Leite dos Santos**  
**Marilene Araújo**  
**Vanessa Therezinha de Souza Almeida**  
*Editoras-Chefes*

[doi.org/10.58725/rivjr.v1i1.116](https://doi.org/10.58725/rivjr.v1i1.116)

Licença Creative Commons: CC Attribution 4.0

## EDITORIAL

The third year of the International Journal of Victimology and Restorative Justice begins with the expectation that the Victim Statute (PL No. 3,890-2020) will come into force in 2025, following its recent approval by the Chamber of Deputies. The Statute, which is the embryo of the Brazilian Institute for Comprehensive Victim Care and Support (Pro Victim), seeks to create more balance between the rights of those impacted by traumatic events and the perpetrators of these events. It is also aligned with international regulations on the topic, such as those in Portugal, Spain, France, Italy, the United Kingdom, the United States, Argentina, and Canada. The legislative process gives us hope that the country will advance towards the recognition of rights for everyone, regardless of their procedural or personal situation.

In honor of the project's author, Congressman Rui Falcão, held in São Paulo on January 29, 2025, by the Brazilian Institute for Comprehensive Victim Care and Support (Pro Victim), the congressman noted:

“I am not very fond of tributes, I am very shy, and there is some emotion too because it is a recognition of our work. But I think this tribute should be reversed — those who should be honored today are all of you here, and I name Celeste and Marilene to not be unfair and exclude anyone, as they were not only formulators but also those who urged me beyond interrupting for all the right reasons because deputies and senators think their mandate is theirs, they are arrogant, they like to listen little, so voters must demand, must push, must supervise. And these two, in addition to being formulators, discussed every change. As you know, in a legislative process, a project never enters and exits the same; sometimes you have to make concessions. For example, nothing that mentioned gender could be maintained; maybe if we talked about the human gender, they would even want to remove that, due to the negative connotation some backward sectors of society give to the issue of gender. In fact, Trump now said that there are only two sexes, the rest does not exist, diversity is done. From these details, even to remove gender, we had to consult if we could or not. We had a huge last-minute workload because, as Marilene mentioned, there was an end-of-year package where you make agreements here and there, find a rapporteur, and Deputy Lídice da Mata was incredibly supportive; I had already worked with her in the Fake News CPI. In the meantime, I was President of the CCJ. Not even all the work I did there to give rapporteurship to everyone and manage democratically ensured that we

could vote on the project before that. Finally, we succeeded, and due to this collective work and the significant protagonism of Dr. Celeste and Marilene, we now move to the Senate. This week, I already told Senator Humberto Costa, who will be the second secretary of the house, announcing that there was a project I want to put on the agenda soon. Next week, Congress, the Chamber, and the Senate will resume work, and the first thing I will do is seek out the senators, first from my bench and others as well. I think the difficulty now is to put the project on the agenda, and I don't think there will be the same resistance that occurred in the Chamber. The Statute has almost the structure of a Code. So, it is difficult to vote on projects with the scope the Statute has. It covers everything, not just victims of crime, but victims of catastrophes, changes in the treatment of public servants to better attend to victims. So, it is truly a revolutionary work in this area. I was the bearer of this, not the author. This is another thing I have discussed — the popular legislative initiative. To date, you cannot collect signatures for a popular legislative initiative online. We are in the 21st century. It has to be by hand. When you manage to get the signatures, which is very difficult, a deputy needs to sponsor the project, and then it falls into the common pit. There is no special rite for being a popular legislative initiative. So, people lose interest in politics; look at the abstention rates in elections — São Paulo, blank votes, null votes, and abstentions 42%, and Ribeirão Preto 50%. Minister Carmen Lúcia suggested prohibiting justifying absence online. We need to encourage voting. To do that, we need to encourage people to engage in politics, to vote. Voters need to know that their vote produces results. In this case, you produced results — through effort, work, and persistence. I kept something here that guides me a lot, I'll call you "you," said that we need to have hope, and I am guided by a phrase from a Welsh socialist, Raymond Williams, who says: being radical is not being violent, it is going to the roots, being radical is making hope possible, instead of making despair convincing. That is what moves me, and you stimulated me, which gave an extra boost of hope that we can change not only the Victim Statute but the country. Make the country fairer, more democratic, more supportive, at a time when part of the world is turning to darkness, to the Nazi salute being naturalized, so my hope is that we can, with initiatives like this, have a country different from the one many want to take to another direction. So, thank you very much for taking this initiative and wanting to pay me this tribute that I actually extend to you."

In this edition, we bring articles from renowned international and national specialists. Among the topics addressed in this volume, we can mention from the analysis by political scientist Nicholas Dungey on the phenomenology of victimization from Foucault's perspective, to new forms of victimization introduced by the digital human discussed by Professors Ma-

ria Celeste Cordeiro Leite dos Santos and Fábio Rivelli. The issue of rape by chemical intoxication was the subject addressed by Professor Véronique Duran. In the same vein, Professors Fadia Coral Basile and Mariana da Silva Ferreira. Vilmar Maciel brings us an analysis of the theme in light of school security. Professors Luciana Sabbatine Neves and Celeste Leite dos Santos analyze recent discussions related to refugee issues based on the policy briefing of the C-20-G-20. The issue of collective victimization from the phenomenon of corruption is addressed by Rita de Cassia Biason and Roberto Livianu. We must also mention the issue related to stalking victims (Roberto Bacal), restorative justice (Gabriele Alvares da Silva), vicarious violence (Bianca Rodrigues Araújo), sustainability (Silvia Helena Rondina Mateus), complementary health (Gislene Cremaschi Lima), and public policies for people with autism spectrum disorder (Luciana Barbosa da Silva).

We wish everyone a good read!

**Celeste Leite dos Santos**  
**Marilene Araújo**  
**Vanessa Therezinha de Souza Almeida**  
*Chief Editors*

[doi.org/10.58725/rivjr.v1i1.116](https://doi.org/10.58725/rivjr.v1i1.116)

Licença Creative Commons: CC Attribution 4.0

## EDITORIAL

**E**l tercer año de la Revista Internacional de Victimología y Justicia Restaurativa comienza con la expectativa de que el Estatuto de la Víctima (PL N° 3.890-2020) entre en vigor en 2025, tras su reciente aprobación por parte de la Cámara de Diputados. El Estatuto, que es el embrión del Instituto Brasileño de Atención y Apoyo Integral a las Víctimas (Pró Víctima), busca crear más equilibrio entre los derechos de las personas impactadas por eventos traumáticos y los perpetradores de estos eventos. También está alineado con las normativas internacionales sobre el tema, como las de Portugal, España, Francia, Italia, Reino Unido, Estados Unidos, Argentina y Canadá. El proceso legislativo nos da esperanza de que el país avance hacia el reconocimiento de derechos para todos, independientemente de su situación procesal o personal.

En honor al autor del proyecto, el congresista Rui Falcão, realizado en São Paulo el 29 de enero de 2025 por el Instituto Brasileño de Atención y Apoyo Integral a las Víctimas (Pró Víctima), el congresista señaló:

“No soy muy aficionado a los homenajes, soy muy tímido, y también hay algo de emoción porque es un reconocimiento a nuestro trabajo. Pero creo que este homenaje debería invertirse — los que deberían ser homenajeados hoy son todos ustedes aquí, y nombro a Celeste y Marilene para no ser injusto y no excluir a nadie, ya que no solo fueron formuladoras sino también las que me urgieron además de interrumpir con toda la razón porque los diputados y senadores piensan que su mandato es suyo, son arrogantes, les gusta escuchar poco, por lo que los votantes deben exigir, deben presionar, deben supervisar. Y estas dos, además de ser formuladoras, discutieron cada cambio. Como saben, en un proceso legislativo, un proyecto nunca entra y sale igual; a veces tienes que hacer concesiones. Por ejemplo, nada que mencionara género podría mantenerse; tal vez si hablamos del género humano, incluso querían eliminarlo, debido a la connotación negativa que algunos sectores retrasados de la sociedad le dan al tema de género. De hecho, Trump ahora dijo que solo existen dos sexos, el resto no existe, la diversidad está liquidada. Desde estos detalles, incluso para eliminar género, tuvimos que consultar si podíamos o no. Tuvimos una gran carga de trabajo de última hora porque, como mencionó Marilene, hubo un paquete de fin de año en el que haces acuerdos aquí y allá, encuentras un relator, y la diputada Lídice da Mata fue increíblemente solidaria; ya había trabajado con ella en la CPI de las Fake News. Mientras tanto, fui Presidente de la CCJ. Ni todo el trabajo que hice allí para dar relatoría a

todos y gestionar democráticamente aseguró que pudiéramos votar el proyecto antes de eso. Finalmente, lo logramos, y debido a este trabajo colectivo y al significativo protagonismo de la Dra. Celeste y Marilene, ahora pasamos al Senado. Esta semana, ya le dije al senador Humberto Costa, quien será el segundo secretario de la casa, anunciando que había un proyecto que quiero poner en la agenda pronto. La próxima semana, el Congreso, la Cámara y el Senado reanudarán su trabajo, y lo primero que haré será buscar a los senadores, primero de mi bancada y otros también. Creo que la dificultad ahora es poner el proyecto en la agenda, y no creo que haya la misma resistencia que ocurrió en la Cámara. El Estatuto tiene casi la estructura de un Código. Por lo tanto, es difícil votar proyectos con el alcance que tiene el Estatuto. Cubre todo, no solo víctimas de delitos, sino víctimas de catástrofes, cambios en el tratamiento de los servidores públicos para atender mejor a las víctimas. Así que, realmente, es un trabajo revolucionario en esta área. Yo fui el portador de esto, no el autor. Esto es otra cosa que he discutido — la iniciativa legislativa popular. Hasta la fecha, no se pueden recoger firmas para una iniciativa legislativa popular en línea. Estamos en el siglo XXI. Tiene que ser a mano. Cuando consigues las firmas, lo cual es muy difícil, un diputado necesita patrocinar el proyecto, y luego cae en la fosa común. No hay un rito especial por ser una iniciativa legislativa popular. Así que, la gente pierde interés en la política; mira los índices de abstención en las elecciones — São Paulo, votos en blanco, nulos y abstenciones 42%, y Ribeirão Preto 50%. La ministra Carmen Lúcia sugirió prohibir justificar la ausencia en línea. Necesitamos incentivar la votación. Para eso, necesitamos incentivar a las personas a participar en la política, a votar. Los votantes necesitan saber que su voto produce resultados. En este caso, ustedes produjeron resultados — a través de esfuerzo, trabajo y persistencia. Guardé algo aquí que me guía mucho, te llamaré “tú,” dijo que necesitamos tener esperanza, y me guío por una frase de un socialista galés, Raymond Williams, que dice: ser radical no es ser violento, es ir a las raíces, ser radical es hacer posible la esperanza, en lugar de hacer convincente la desesperación. Eso es lo que me mueve, y ustedes me estimularon, lo que me dio un impulso extra de esperanza de que podamos cambiar no solo el Estatuto de la Víctima, sino el país. Hacer el país más justo, más democrático, más solidario, en un momento en que parte del mundo se está volviendo hacia la oscuridad, hacia el saludo nazi que se está naturalizando, así que mi esperanza es que podamos, con iniciativas como esta, tener un país diferente del que muchos quieren llevar en otra dirección. Así que, muchas gracias por tomar esta iniciativa y querer rendirme este homenaje que en realidad extiende a ustedes.”

En esta edición, traemos artículos de reconocidos especialistas internacionales y nacionales. Entre los temas tratados en este volumen, podemos

mencionar desde el análisis del politólogo Nicholas Dungey sobre la fenomenología de la victimización desde la perspectiva de Foucault, hasta nuevas formas de victimización introducidas por el humano digital discutidas por los profesores Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos y Fábio Rivelli. El tema de la violación por intoxicación química fue tratado por la profesora Véronique Duran. En el mismo sentido, las profesoras Fadia Coral Basile y Mariana da Silva Ferreira. Vilmar Maciel nos trae un análisis del tema a la luz de la seguridad escolar. Las profesoras Luciana Sabbatine Neves y Celeste Leite dos Santos analizan las recientes discusiones relacionadas con la cuestión de los refugiados a partir del informe de políticas del C-20-G-20. El tema de la victimización colectiva a partir del fenómeno de la corrupción es tratado por Rita de Cassia Biason y Roberto Livianu. También debemos mencionar el tema relacionado con las víctimas de acoso (Roberto Bacal), justicia restaurativa (Gabriele Alvares da Silva), violencia vicaria (Bianca Rodrigues Araújo), sostenibilidad (Silvia Helena Rondina Mateus), salud complementaria (Gislene Cremaschi Lima), y políticas públicas para personas con trastorno del espectro autista (Luciana Barbosa da Silva).

Les deseamos a todos una buena lectura!

**Celeste Leite dos Santos**

**Marilene Araújo**

**Vanessa Therezinha de Souza Almeida**

*Editor en Jefe*

[doi.org/10.58725/rivjr.v1i1.116](https://doi.org/10.58725/rivjr.v1i1.116)

Licença Creative Commons: CC Attribution 4.0

## EDITORIAL

La troisième année de la Revue Internationale de Victimologie et de Justice Restaurative commence avec l'espoir que le Statut de la Victime (PL n° 3.890-2020) entrera en vigueur en 2025, suite à son approbation récente par la Chambre des députés. Le Statut, qui est l'embryon de l'Institut Brésilien d'Attention et de Soutien Intégral aux Victimes (Pro Victime), vise à créer plus d'équilibre entre les droits des personnes touchées par des événements traumatiques et les auteurs de ces événements. Il est également aligné avec les réglementations internationales sur le sujet, telles que celles du Portugal, de l'Espagne, de la France, de l'Italie, du Royaume-Uni, des États-Unis, de l'Argentine et du Canada. Le processus législatif nous donne l'espoir que le pays avancera vers la reconnaissance des droits pour tous, indépendamment de leur situation procédurale ou personnelle.

En l'honneur de l'auteur du projet, le député Rui Falcão, qui s'est tenu à São Paulo le 29 janvier 2025 par l'Institut Brésilien d'Attention et de Soutien Intégral aux Victimes (Pro Victime), le député a noté :

“Je ne suis pas très adepte des hommages, je suis très timide, et il y a aussi un peu d'émotion parce que c'est une reconnaissance de notre travail. Mais je pense que cet hommage devrait être inversé — ceux qui devraient être honorés aujourd'hui sont tous ceux d'entre vous ici, et je nomme Celeste et Marilene pour ne pas être injuste et exclure personne, car elles n'étaient pas seulement des formulatrices mais aussi celles qui m'ont poussé au-delà de l'interruption pour toutes les bonnes raisons, parce que les députés et les sénateurs pensent que leur mandat leur appartient, ils sont arrogants, ils aiment peu écouter, alors les électeurs doivent exiger, doivent pousser, doivent superviser. Et ces deux-là, en plus d'être des formulatrices, ont discuté chaque changement. Comme vous le savez, dans un processus législatif, un projet n'entre jamais et ne sort jamais identique ; parfois il faut faire des concessions. Par exemple, rien qui mentionnait le genre ne pouvait être maintenu ; peut-être que si nous parlions de genre humain, ils voudraient même supprimer cela, en raison de la connotation négative que certains secteurs arriérés de la société donnent à la question du genre. En fait, Trump a dit récemment qu'il n'y a que deux sexes, le reste n'existe pas, la diversité est terminée. À partir de ces détails, même pour supprimer le genre, il fallait consulter pour savoir si nous pouvions ou non. Nous avons eu une énorme charge de travail de dernière minute parce que, comme Marilene l'a mentionné, il y avait un paquet de fin d'année où vous faites des accords ici et là, trouvez un rapporteur, et la députée Lídice

da Mata a été incroyablement solidaire ; j'avais déjà travaillé avec elle dans la CPI des Fake News. Pendant ce temps, j'étais Président de la CCJ. Même tout le travail que j'ai fait là-bas pour donner la relatoria à tout le monde et gérer démocratiquement n'a pas garanti que nous puissions voter le projet avant cela. Enfin, nous avons réussi, et grâce à ce travail collectif et au grand protagonisme de la Dre Celeste et de Marilene, nous passons maintenant au Sénat. Cette semaine, j'ai déjà parlé au sénateur Humberto Costa, qui sera le deuxième secrétaire de la maison, en annonçant qu'il y avait un projet que je veux mettre à l'ordre du jour bientôt. La semaine prochaine, le Congrès, la Chambre et le Sénat reprendront le travail, et la première chose que je ferai est de chercher les sénateurs, d'abord de mon banc et d'autres aussi. Je pense que la difficulté maintenant est de mettre le projet à l'ordre du jour, et je ne pense pas qu'il y aura la même résistance qu'à la Chambre. Le Statut a presque la structure d'un Code. Donc, il est difficile de voter des projets avec l'ampleur du Statut. Il couvre tout, pas seulement les victimes de crimes, mais aussi les victimes de catastrophes, les changements dans le traitement des fonctionnaires publics pour mieux répondre aux victimes. C'est donc vraiment un travail révolutionnaire dans ce domaine. J'étais le porteur de cela, pas l'auteur. C'est une autre chose que j'ai discutée — l'initiative législative populaire. À ce jour, vous ne pouvez pas recueillir de signatures pour une initiative législative populaire en ligne. Nous sommes au XXIe siècle. Cela doit se faire à la main. Quand vous obtenez les signatures, ce qui est très difficile, un député doit parraîner le projet, et ensuite il tombe dans la fosse commune. Il n'y a pas de rite spécial pour être une initiative législative populaire. Donc, les gens perdent intérêt pour la politique ; regardez les taux d'abstention aux élections — São Paulo, votes blancs, nuls et abstentions 42%, et Ribeirão Preto 50%. La ministre Carmen Lúcia a suggéré d'interdire la justification de l'absence en ligne. Nous devons encourager le vote. Pour cela, nous devons encourager les gens à s'engager en politique, à voter. Les électeurs doivent savoir que leur vote produit des résultats. Dans ce cas, vous avez produit des résultats — par l'effort, le travail et la persistance. J'ai gardé quelque chose ici qui me guide beaucoup, je vais vous appeler "vous," a dit qu'il faut avoir de l'espoir, et je suis guidé par une phrase d'un socialiste gallois, Raymond Williams, qui dit : être radical ce n'est pas être violent, c'est aller aux racines, être radical c'est rendre l'espoir possible, au lieu de rendre le désespoir convaincant. C'est ce qui me motive, et vous m'avez stimulé, ce qui m'a donné un surcroît d'espoir que nous puissions changer non seulement le Statut de la Victime, mais le pays. Faire du pays un endroit plus juste, plus démocratique, plus solidaire, à un moment où une partie du monde se tourne vers les ténèbres, vers le salut nazi qui est en train d'être naturalisé, alors mon espoir est que nous puissions, avec des initiatives comme celle-ci, avoir un pays différent de celui que beaucoup veulent

conduire dans une autre direction. Alors, merci beaucoup d’avoir pris cette initiative et d’avoir voulu me rendre cet hommage que j’étends en réalité à vous.”

Dans cette édition, nous apportons des articles de spécialistes internationaux et nationaux renommés. Parmi les sujets abordés dans ce volume, nous pouvons mentionner depuis l’analyse du politologue Nicholas Dungey sur la phénoménologie de la victimisation selon la perspective de Foucault, jusqu’aux nouvelles formes de victimisation introduites par l’humain numérique discutées par les professeurs Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos et Fábio Rivelli. La question du viol par intoxication chimique a été abordée par la professeure Véronique Duran. Dans le même sens, les professeurs Fadia Coral Basile et Mariana da Silva Ferreira. Vilmar Maciel nous apporte une analyse du thème à la lumière de la sécurité scolaire. Les professeurs Luciana Sabbatine Neves et Celeste Leite dos Santos analysent les récentes discussions liées à la question des réfugiés à partir du rapport de politique du C-20-G-20. La question de la victimisation collective à partir du phénomène de la corruption est abordée par Rita de Cassia Biason et Roberto Livianu. Nous devons également mentionner la question liée aux victimes de harcèlement (Roberto Bacal), la justice restaurative (Gabriele Alvares da Silva), la violence vicariant (Bianca Rodrigues Araújo), la durabilité (Silvia Helena Rondina Mateus), la santé complémentaire (Gislene Cremaschi Lima), et les politiques publiques pour les personnes atteintes de troubles du spectre autistique (Luciana Barbosa da Silva).

Nous souhaitons à tous une bonne lecture!

**Celeste Leite dos Santos**  
**Marilene Araújo**  
**Vanessa Therezinha de Souza Almeida**  
*Rédacteurs en chef*

[doi.org/10.58725/rivjr.v1i1.116](https://doi.org/10.58725/rivjr.v1i1.116)

Licença Creative Commons: CC Attribution 4.0

Il terzo anno della Rivista Internazionale di Vittimologia e Giustizia Riparativa inizia con l'aspettativa che lo Statuto delle Vittime (PL n. 3.890-2020) entrerà in vigore nel 2025, a seguito della sua recente approvazione da parte della Camera dei Deputati. Lo Statuto, che è l'embrione dell'Istituto Brasiliano per l'Assistenza e il Supporto Integrale alle Vittime (Pro Vittima), mira a creare più equilibrio tra i diritti delle persone colpite da eventi traumatici e gli autori di questi eventi. È anche allineato con le normative internazionali sull'argomento, come quelle del Portogallo, della Spagna, della Francia, dell'Italia, del Regno Unito, degli Stati Uniti, dell'Argentina e del Canada. Il processo legislativo ci dà speranza che il paese avanzerà verso il riconoscimento dei diritti per tutti, indipendentemente dalla loro situazione procedurale o personale.

In onore dell'autore del progetto, il deputato Rui Falcão, che si è tenuto a São Paulo il 29 gennaio 2025 dall'Istituto Brasiliano per l'Assistenza e il Supporto Integrale alle Vittime (Pro Vittima), il deputato ha notato:

“Non sono molto affezionato agli omaggi, sono molto timido, e c'è anche un po' di emozione perché è un riconoscimento del nostro lavoro. Ma penso che questo omaggio dovrebbe essere invertito — coloro che dovrebbero essere onorati oggi siete tutti voi qui, e nomino Celeste e Marilene per non essere ingiusto ed escludere nessuno, poiché non erano solo formulatrici ma anche quelle che mi hanno spinto oltre l'interruzione per tutte le giuste ragioni, perché i deputati e i senatori pensano che il loro mandato sia loro, sono arroganti, gli piace ascoltare poco, quindi gli elettori devono esigere, devono spingere, devono supervisionare. E queste due, oltre a essere formulatrici, hanno discusso ogni cambiamento. Come sapete, in un processo legislativo, un progetto non entra mai e non esce mai identico; a volte devi fare concessioni. Ad esempio, nulla che menzionasse il genere poteva essere mantenuto; forse se parlassimo di genere umano vorrebbero anche rimuovere quello, a causa della connotazione negativa che alcuni settori arretrati della società danno alla questione del genere. Infatti, Trump ha detto recentemente che ci sono solo due sessi, il resto non esiste, la diversità è finita. Da questi dettagli, anche per rimuovere il genere, dovevamo consultare per sapere se potevamo o no. Abbiamo avuto un enorme carico di lavoro dell'ultimo minuto perché, come ha menzionato Marilene, c'era un pacchetto di fine anno in cui si fanno accordi qua e là, si trova un relatore, e la deputata Lídice da Mata è stata incredibilmente solidale; avevo già lavorato con lei nella CPI delle Fake News. Nel frat-

tempo, ero Presidente della CCJ. Anche tutto il lavoro che ho fatto lì per dare relatoria a tutti e gestire democraticamente non ha garantito che potessimo votare il progetto prima di quello. Infine, ci siamo riusciti, e grazie a questo lavoro collettivo e al grande protagonismo della Dott.ssa Celeste e di Marilene, ora passiamo al Senato. Questa settimana, ho già parlato con il senatore Humberto Costa, che sarà il secondo segretario della casa, annunciando che c'era un progetto che voglio mettere in agenda presto. La prossima settimana, il Congresso, la Camera e il Senato riprenderanno il lavoro, e la prima cosa che farò sarà cercare i senatori, prima della mia panca e altri anche. Penso che la difficoltà ora sia mettere il progetto in agenda, e non penso che ci sarà la stessa resistenza che c'è stata alla Camera. Lo Statuto ha quasi la struttura di un Codice. Quindi, è difficile votare progetti con la portata che ha lo Statuto. Copre tutto, non solo le vittime di reati, ma anche le vittime di catastrofi, i cambiamenti nel trattamento dei dipendenti pubblici per rispondere meglio alle vittime. Quindi, è davvero un lavoro rivoluzionario in quest'area. Ero il portatore di questo, non l'autore. Questo è un'altra cosa che ho discusso — l'iniziativa legislativa popolare. Ad oggi, non puoi raccogliere firme per un'iniziativa legislativa popolare online. Siamo nel XXI secolo. Deve essere fatto a mano. Quando ottieni le firme, il che è molto difficile, un deputato deve sponsorizzare il progetto, e poi cade nella fossa comune. Non c'è un rito speciale per essere un'iniziativa legislativa popolare. Quindi, le persone perdono interesse per la politica; guarda i tassi di astensione alle elezioni — São Paulo, voti bianchi, nulli e astensioni 42%, e Ribeirão Preto 50%. Il ministro Carmen Lúcia ha suggerito di proibire di giustificare l'assenza online. Dobbiamo incoraggiare il voto. Per fare ciò, dobbiamo incoraggiare le persone a impegnarsi in politica, a votare. Gli elettori devono sapere che il loro voto produce risultati. In questo caso, avete prodotto risultati — attraverso sforzi, lavoro e persistenza. Ho conservato qualcosa qui che mi guida molto, ti chiamerò "tu," ha detto che dobbiamo avere speranza, e mi guido con una frase di un socialista gallese, Raymond Williams, che dice: essere radicale non è essere violento, è andare alle radici, essere radicale è rendere possibile la speranza, invece di rendere convincente la disperazione. Questo è ciò che mi muove, e mi avete stimolato, il che mi ha dato una spinta in più di speranza che possiamo cambiare non solo lo Statuto delle Vittime, ma anche il paese. Rendere il paese più giusto, più democratico, più solidale, in un momento in cui parte del mondo si sta girando verso l'oscurità, verso il saluto nazista che sta diventando normalizzato, quindi la mia speranza è che possiamo, con iniziative come questa, avere un paese diverso da quello che molti vogliono portare in un'altra direzione. Quindi, grazie mille per aver preso questa iniziativa e aver voluto farmi questo omaggio che in realtà estendo a voi."

In questa edizione, portiamo articoli di specialisti internazionali e nazionali di fama. Tra gli argomenti trattati in questo volume, possiamo menzionare dall'analisi del politologo Nicholas Dungey sulla fenomenologia della vittimizzazione dalla prospettiva di Foucault, alle nuove forme di vittimizzazione introdotte dall'essere umano digitale discusse dai professori Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos e Fábio Rivelli. La questione dello stupro per intossicazione chimica è stata trattata dalla professoressa Véronique Duran. Allo stesso modo, le professoressse Fadia Coral Basile e Mariana da Silva Ferreira. Vilmar Maciel ci porta un'analisi del tema alla luce della sicurezza scolastica. Le professoressse Luciana Sabbatine Neves e Celeste Leite dos Santos analizzano le recenti discussioni relative alla questione dei rifugiati a partire dal rapporto di politica del C-20-G-20. La questione della vittimizzazione collettiva a partire dal fenomeno della corruzione è trattata da Rita de Cassia Biason e Roberto Livianu. Dobbiamo anche menzionare la questione legata alle vittime di stalking (Roberto Bacal), giustizia riparativa (Gabriele Alvares da Silva), violenza vicaria (Bianca Rodrigues Araújo), sostenibilità (Silvia Helena Rondina Mateus), salute complementare (Gislene Cremaschi Lima), e politiche pubbliche per le persone con disturbo dello spettro autistico (Luciana Barbosa da Silva).

Auguriamo a tutti una buona lettura!

**Celeste Leite dos Santos**

**Marilene Araújo**

**Vanessa Therezinha de Souza Almeida**

*Redattori principali*

[doi.org/10.58725/rivjr.v1i1.116](https://doi.org/10.58725/rivjr.v1i1.116)

Licença Creative Commons: CC Attribution 4.0